

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Trabalho, ser social e desumanização: a concepção de alienação no último Lukács			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
César Henrique Maranhão	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Professor Adjunto
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Entre os pensadores contemporâneos, György Lukács possui um importante legado teórico para a análise das formas de alienação. Em sua obra de maturidade <i>Para uma Ontologia do Ser Social</i> o filósofo húngaro toma como ponto de partida o trabalho, categoria que funda a sociabilidade e se torna o modelo para os outros complexos sociais. O estudo aqui apresentado se destina a analisar a alienação (Entfremdung) como categoria essencial da radical crítica de Lukács ao capitalismo. O autor realiza um <i>tertium datur</i> em relação tanto às concepções do marxismo vulgar, que entendem as alienações como simples derivações mecânicas de legalidades econômicas, como também às posturas idealistas que concebem tais fenômenos como pertencentes apenas à esfera da subjetividade. Para Lukács, ao longo do processo histórico, o homem, mediante suas atividades, deixa a condição única de ser natural para cada vez mais aprofundar sua condição de ser social. Esse desenvolvimento histórico humano é portador de várias contradições de tipo cada vez mais elevado em face da reprodução das sociedades em geral e dos exemplares singulares. Nessa contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o rebaixamento das personalidades humanas se expressa a essência concreta das alienações. Na análise lukacsiana os processos de alienação são historicamente determinados por diferentes formações sociais e correspondem aos obstáculos criados pelos próprios homens à plena explicitação do gênero humano e dos indivíduos ao longo do processo histórico de autocriação do ser social.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Ontologia, Capitalismo e Alienação			
ABSTRACT			
<p>Among contemporary thinkers, György Lukács has an important legacy for the theoretical analysis of the forms of alienation. In his mature work <i>The Ontology of Social Being</i> the Hungarian philosopher takes as its starting point the work category that founds sociality and becomes the model for other social complexes. The study presented here is intended to examine the sale (Entfremdung) as essential category of the radical critique of capitalism Lukacs. The author performs a <i>tertium datur</i> both in relation to the concepts of vulgar Marxism, who understand the disposals as simple mechanical derivations of legalities economic, as well as the postures idealists who conceive such phenomena as belonging to the sphere of subjectivity. For Lukacs, along the historical process, man through their activities, leaving the only condition to be natural for increasingly deepen their condition of being social. This historical human development carries several contradictions type ever higher in the face of the reproduction of society in general and natural specimens. This contradiction between the development of productive forces and the relegation of human personalities expressed the essence of the actual sales. In the analysis Lukacsian processes of alienation are historically determined by different social formations and correspond to the obstacles created by men themselves the full explanation of mankind and individuals throughout the historical process of self-creation of social being.</p>			
KEYWORDS			
Ontology, Capitalism and Alienation			
EIXO TEMÁTICO			
Construção da Teoria Social de Marx			

Trabalho, ser social e desumanização: a concepção de alienação no último Lukács

César Maranhão

Entre os pensadores atuais Lukács é com certeza referência indispensável para pensar a atualidade do pensamento marxista. Sua obra de maturidade *Para uma Ontologia do Ser Social* representa o ponto culminante de uma vida dedicada a enfrentar os problemas fundamentais para um resgate rico e fecundo da teoria social de Marx, caminho este que nunca deixou de representar também idas e vindas, afirmações e negações, críticas e auto-críticas em um dedicado e intenso trabalho intelectual. Nossa contribuição nesse breve texto é fruto de uma primeira aproximação ao tema e se limitará a demonstrar de forma ainda limitada como o complexo da alienação (*Entfremdung*) é trabalhado por Lukács na sua Ontologia configurando-se em uma categoria essencial para a crítica lukacsiana ao capitalismo e como pressuposto fundamental para a elaboração de uma ética que aponte na direção da generalidade para-si da humanidade. Para isso, utilizaremos o texto de Lukács na Ontologia do Ser Social e também os apontamentos de pesquisadores experientes no assunto como Nicolas Tertulian, Sérgio Lessa e Norma Alcântara de Holanda. Mas seja pela complexidade do texto da Ontologia do Ser Social, como também pelo caráter inacabado e pouco sistemático dos últimos escritos de Lukács fazem dos objetivos aqui traçados um empreendimento difícil e arriscado que não está isento de imprecisões e deslizes conceituais pelo autor. Sendo assim, fica a advertência ao leitor que o texto que tem em mãos trata-se apenas de uma aproximação que no máximo tem o caráter de divulgação das últimas análises teóricas de Lukács sobre o fenômeno da alienação.

Na sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social* Lukács inicia o capítulo final sobre a Alienação demonstrando os traços ontológicos gerais dessa categoria enquanto formas de ser, determinações da existência concreta. Ao desenvolver sua análise sobre esse complexo social Lukács pretende superar tanto as análises do *marxismo vulgar* que compreendeu as alienações como simples derivações mecânicas da esfera econômica, como também as posturas idealistas e gnosiológicas que entendem tais fenômenos como pertencentes à esfera exclusiva da subjetividade e do conhecimento humano. Por isso, a primeira preocupação do autor é delinear com clareza o lugar dos fenômenos da alienação no complexo de complexos que constitui o ser social no seu devir histórico-concreto. Lukács adverte que o fenômeno da alienação só pode ser entendido concretamente se consideramos que a sua constituição não tem nada a ver com uma condição humana em geral e tanto menos possui uma universalidade cósmica. Pelo contrário, trata-se de “[...] um fenômeno exclusivamente histórico-social, que se apresenta em determinada altura do desenvolvimento existente, a partir desse momento, assume na história formas sempre diferentes, cada vez mais claras”. Nessa citação, o autor já se distancia de qualquer compreensão teórica que,

como Hegel, intente universalizar o problema da alienação como parte constituinte e constituidora da condição humana retirando-lhe o vínculo ontológico com o desenvolvimento histórico-concreto.

Na sua alternativa de análise as alienações são historicamente determinadas por diferentes formações sociais e correspondem as barreiras geradas pelos próprios homens à plena explicitação do gênero humano e dos indivíduos singulares. Nas suas palavras o filósofo húngaro resume assim o fenômeno:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente também o desenvolvimento das capacidades humanas, mas – e aqui emerge plasticamente o problema da alienação – o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente aquele da personalidade humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar, etc. a personalidade do homem.

Dessa forma, o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pelo trabalho ao desenvolver continuamente as capacidades humanas não produz necessariamente o desenvolvimento das personalidades humanas. Para Lukács, a história concreta nos mostra que ao potencializar as capacidades singulares o desenvolvimento das forças produtivas pode desfigurar, aviltar a personalidade dos homens gerando o campo propício para o desenvolvimento das alienações. Lukács sublinha que de certa forma o próprio Marx, nas *Teorias sobre a mais-valia*, por ocasião de uma defesa de David Ricardo contra os anti-capitalistas românticos como Sismondi chamou a atenção para esse movimento contraditório da história humana.

A produção pela produção não quer dizer outra coisa, senão o desenvolvimento das forças produtivas humanas, portanto, *desenvolvimento da riqueza da natureza humana como fim em si*". [...] Não se compreende que este desenvolvimento das capacidades da espécie *homem*, ainda que se realize primeiramente às custas do maior número de indivíduos humanos e de todas as classes humanas, parta, enfim, deste antagonismo e coincida com o desenvolvimento do indivíduo singular, que, portanto, o mais alto desenvolvimento da individualidade seja obtido somente através de um processo histórico no qual os indivíduos são sacrificados" (Marx Apud Lukács, 1981, pag. 560).

O que importa sublinhar aqui é que na esteira da análise lukacsiana sobre os fenômenos da alienação encontramos a antítese de fundo entre o desenvolvimento das capacidades e o desenvolvimento das personalidades humanas como base fundamental dos vários modos da alienação se apresentar na história. Como ressalta Holanda (2007) entre o desenvolvimento das forças produtivas e o rebaixamento da personalidade dos homens se expressa a essência histórico-concreta das alienações. Não faltam exemplos históricos que confirmam a tese de Lukács, basta pensar nas diversas especialidades das atuais formas de gestão do trabalho, cujas refinadas técnicas e cultivadas habilidades de especialista são ao máximo grau destrutivas para a personalidade desses trabalhadores altamente especializados. Marx em *O Capital* mostra que mesmo Adam Smith, um

entusiasta da capacidade produtiva da manufatura, reconheceu esse caráter contraditório do desenvolvimento econômico ao afirmar que

Um homem que despense a sua vida na execução de algumas operações simples [...] não tem oportunidade de exercitar sua inteligência [...] Geralmente, ele se torna tão estúpido e ignorante quanto se pode tornar uma criatura humana. A uniformidade de sua vida estacionária corrompe seu ânimo. [...] sua habilidade em seu ofício particular parece adquirida com o sacrifício de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. (Apud Marx, 1998, pag. 417).¹

Mas para entendermos a gênese dessa contradição histórica entre desenvolvimento das capacidades humanas e desenvolvimento das personalidades torna-se absolutamente necessário nos ocuparmos primeiro dos fundamentos ontológicos últimos que geram tal contradição expressando os fenômenos das alienações no dinâmico processo de reprodução social. Como o próprio autor ressalta a totalidade social e sua reprodução é a síntese de atos singulares que tem seu fundamento último no trabalho e na sua contínua relação entre teleologia e causalidade. Dessa forma, antes de adentrarmos na análise específica dos fenômenos da alienação descritos por Lukács no último capítulo de sua *Ontologia* torna-se essencial expormos a relação fundada pelos atos de trabalho entre objetivação/exteriorização (*Entäusserung*), complexos valorativos e alienação (*Entfremdung*) para só depois tratarmos, ainda que de forma aproximativa, as complicadas relações entre os fenômenos da alienação, os complexos ideológicos e a totalidade sócio-histórica da sociedade capitalista contemporânea, denominada precisamente por Lukács de sociedade da manipulação.

2. Trabalho, objetivações e exteriorização

Como sabemos no primeiro capítulo da segunda parte de *Para uma Ontologia do Ser Social*, ao teorizar sobre o ato de trabalho Lukács faz uma diferenciação analítica entre objetivação e exteriorização (*Entäusserung*) que não encontramos, pelo menos claramente no plano terminológico, nas análises de Marx². Sublinhamos que a diferença é sobretudo analítica, pois no ato de trabalho ambos os momentos são inseparáveis, pois cada movimento e cada reflexão do trabalho são dirigidos, em primeiro lugar, a uma objetivação, ou seja, a uma transformação teleologicamente adequada do objeto do trabalho. Desse mesmo ato de trabalho no qual o pôr

¹ □ Tal era a consequência degenerativa do desenvolvimento da capacidade econômica da manufatura sobre a personalidade individual dos trabalhadores que Smith chegou a parcialmente negar suas concepções radicalmente liberais e a recomendar o ensino popular pelo Estado, ainda que em doses homeopáticas.

² □ Apesar de não utilizar de dois momentos distintos para analisar o ato de trabalho, como fez Lukács, Marx descreveu com precisão esta duplicidade de facetas do trabalho, fixando a existência das duas facetas nos atos de trabalho que são contudo unitários. Diz Marx: “Ao final do processo de trabalho emerge um resultado que já se fazia presente desde o seu início na idéia do trabalhador, que, portanto, já era presente idealmente. Não que ele efetue apenas uma transformação de forma do elemento natural; ele realiza no elemento natural, ao mesmo tempo, o próprio fim por ele conhecido, que determina como lei o seu modo de operar, e ao qual deve subordinar a sua vontade”.

teleológico se objetiva criando causalidades postas surge uma novidade ontológica: nesse mesmo processo de objetivação acontece uma ação de retorno do ente objetivado sobre seu criador. É precisamente essa ação de retorno do ser objetivado sobre o seu criador que Lukács denominou exteriorização (*Entäusserung*).

Apesar de no ato de trabalho ser impossível separar os dois momentos (objetivação/exteriorização), na análise de Lukács tal diferenciação se mostra de grande importância. Principalmente pelo fato de que os mesmos atos do trabalho podem e, aliás, sob o domínio de um determinado modo de trabalhar, devem provocar sob o próprio sujeito ações de retorno socialmente divergentes. E é exatamente daí que vem a outra diferença dos dois momentos (objetivação e exteriorização) apontadas na análise do filósofo húngaro. Diz Lukács (1981, pg. 03),

Enquanto a objetivação é imperativa e claramente prescrita pela respectiva divisão do trabalho e, por conseguinte, desenvolve nos homens, por força das coisas, as capacidades a ela necessárias, o efeito de retorno da exteriorização (*Entäusserung*) sobre os sujeitos do trabalho é por princípio diversificado.

Dessa maneira, Lukács deixa claro que dependendo da totalidade social sob a qual são construídas, as exteriorizações (*Entäusserung*) podem impulsionar nos indivíduos formas de comportamento completamente diferentes e até mesmo contrapostos. Assim, explicita Lukács (1981, pg.03)

[...] a ação favorável ou desfavorável do desenvolvimento das capacidades humanas sobre as personalidades dos homens é um fato objetivo e uma tendência social geral que age objetivamente. E é verdade, parece ela também produzir uma média social, mas esta é qualitativamente diferente daquela que vem a ser por causa das objetivações. Esta última é uma média real que – em relação ao trabalho concreto – prevê apenas um mais ou um menos no cumprimento das tarefas concretas, enquanto do ponto de vista da exteriorização (*Entäusserung*), pode haver modos de comportamento completamente contrapostos.

Como podemos perceber na citação acima enquanto as objetivações produzem uma média social que constrói mais ou menos capacidades humanas, do ponto de vista da exteriorização dependendo das tendências sociais gerais podem haver modos de comportamento individuais totalmente contrapostos. A ação de retorno produzida pela exteriorização é sempre diversificada. O exemplo que Lukács oferece para demonstrar a forma diversificada de atuar das exteriorizações diz respeito a constituição do proletariado enquanto classe-para-si-mesma. A própria resistência do proletariado contra o capital nunca envolveu toda a classe. O conjunto heterogêneo de alternativas individuais no interior do proletariado reúne desde heróis dedicados à luta de classe, passando por aqueles que se submetem calados a exploração cotidiana e até mesmo os fura-graves e dedo-duros mais submissos aos patrões. Um conjunto tão heterogêneo de escolhas individuais que pode ser até representada em termos estatísticos, mas se torna impossível calcular uma média real. Dessa forma temos no interior da classe proletária uma soma e um reagrupamento sociais de pessoas que pelo

mesmo modo de exteriorizar-se individualmente no trabalho reagem no plano individual de maneira muito diversa e freqüentemente oposta. Sublinha Lukács, que “[...] o fato que cada reação pessoal tenha a sua própria base social, pela qual é largamente determinada, não impede que existam essas diferenças individuais e as suas consequências sociais, ao contrário, dá-lhes um acentuado perfil individual (e, inclusive, histórico, nacional, social, etc.)”. (pg.4) E arremata,

[...] cada operário reage individualmente de acordo com a maneira como as suas exteriorizações (*Entäusserungen*) retroagem sobre sua personalidade. As decisões alternativas que surgem dela são, no imediato, e antes de tudo, decisões individuais.

Nesse sentido, as exteriorizações são momentos nos quais a ação de retorno da objetivação sobre o sujeito impulsiona um processo de enriquecimento do indivíduo, chamado por Lukács de individuação. Segundo Lessa (2002) essa dinâmica já está presente nos processos mais simples de trabalho e se caracteriza pelo fato de ao constituir o objeto enquanto ontologicamente distinto do sujeito, a objetivação e o produto dela resultante exibem uma autonomia diante do sujeito agente, essa autonomia relativa de um objeto exterior ao indivíduo é o fundamento último das diversificadas ações de retorno da objetivação sobre os indivíduos.

No avançar de sua investigação sobre os processo de reprodução social Lukács assinala que com o desenvolvimento da sociabilidade para um maior ou menor sucesso do processo de objetivação se torna cada vez mais decisivo o comportamento do sujeito para consigo próprio enquanto sujeito do processo de trabalho. Dessa maneira, para ser bem-sucedido o processo de trabalho exige ser fundamentado em uma extrema objetividade, e por isso, a subjetividade de quem trabalha deve se mover a serviço da produção. Segundo Lessa (2012) tal relação é bastante visível nos processos de trabalho mais simples que exigem maior ou menor coordenação motora, capacidade de concentração, raciocínio, criatividade, observação, etc., elementos da individualidade que se apresentam como fundamentais para o sucesso de um dado trabalho.

O autodomínio do homem, [...] que surge pela primeira vez no trabalho como efeito necessário do dever-ser, o crescente domínio de sua inteligência sobre suas próprias inclinações biológicas espontâneas, seu hábitos, etc., são regulados e guiados pela objetividade deste processo[a troca orgânica entre homem / natureza] [...]

As observações acima mostram em que medida para Lukács a exteriorização é uma consequência espontânea e inevitável que se funda no processo de trabalho. Ao fazer com que determinados comportamentos individuais sejam mais adequados que outros ao sucesso da objetivação é inerente ao trabalho a gênese e o desenvolvimento de um complexo valorativo que tem como centro o comportamento do indivíduo. Inicialmente tais comportamentos são exigidos levando em consideração a natureza que o cerca, mas pelo impulso irresistível do trabalho a gerar complexos para além de si próprio, passa a desenvolver complexos valorativos que têm como

nódulo o comportamento do indivíduo diante dos dilemas, problemas, alternativas e possibilidades que a sociedade em que vive coloca a cada momento histórico. (Lessa, 2002).

É nesse processo que para Lukács a exteriorização é um momento ineliminável e decisivo para o devir dos homens impulsionando à constituição de um ser social crescentemente genérico. Mas a tensão apontada pelo nosso filósofo e que deve ser aqui sublinhada radica em que o mesmo movimento histórico-concreto que constrói um ser social cada vez mais genérico para que se amplie e desenvolva exige o desenvolvimento de personalidades cada vez mais ricas, mediadas e complexas. Por isso, as mediações que permitem, por um lado, o impulso à generalidade humana inerente ao próprio trabalho, por outro lado, se constituem também no fundamento ontológico último do processo de individuação. Definitivamente o indivíduo humano para Lukács apenas pode ter existência real enquanto ente social. Ou seja, não há indivíduo possível fora da sociedade.

Das afirmações acima podemos concluir que todo ato social, além de ser uma síntese dos atos singulares, é também uma unidade sintética de elementos genéricos e particulares. Na imediatividade do cotidiano tais elementos genéricos e particulares estão de tal forma imbricados que frequentemente exigem análises apuradas para distinguir um do outro. Segundo Sérgio Lessa (2002) essa inseparabilidade dos elementos genéricos e particulares própria da vida cotidiana não significa que eles tenham desaparecido enquanto tais, mas antes pelo contrário, essa característica própria da práxis cotidiana apenas contribui para o processo de particularização, que faz cada ato humano diferente de outros, mas sempre partícipes da mesma história, na medida em que desdobram uma tensão entre generalidade e a particularidade. Tal tensão entre os elementos genéricos e particulares cumpre a função ontológica de *mediação* que permite no âmbito da vida cotidiana que o indivíduo tenha que escolher entre as alternativas mais ou menos genéricas e mais ou menos particulares.

Na convivência cotidiana com as tensões entre os elementos genéricos e particulares que surgem no processo histórico a reprodução social exige que os indivíduos rementam a si próprios, como suas, as necessidades postas pelo desenvolvimento humano genérico. Para Lessa (2002) esse é o solo em que vão se constituir as necessidades concretas de complexos ideológicos importantes para a reprodução social como os costumes, o direito, a ética, etc.³

As exteriorizações são momentos de retorno que podem evidenciar respostas que individualmente levem a consideração de valores mais genéricos ou valores mais particulares colocando cotidianamente os indivíduos diante de alternativas divergentes. Como afirma Lukács,

³ □ Cabe lembrar que ao influenciar na escolha das alternativas a cada momento postas pelo desenvolvimento social à ação de cada indivíduo, tais complexos ideológicos mediadores desempenham papel fundamental no desenvolvimento de cada individualidade e dessa forma direcionam o devir dos homens para realizações mais (ou menos) genéricas.

Na exteriorização, portanto emerge a contraditoriedade que se oculta no interior de tal indissolúvel unidade entre sociabilidade e individualidade do homem: a exteriorização, que responde em termos individuais às perguntas suscitadas pela sociedade, pode – abstratamente vistas – conduzir o homem a tornar-se personalidade como também despersonalizá-lo. (pg. 94)

Porém, esse caráter diversificado e contraditório do processo de exteriorização não significa que dele brotem naturalmente processos de alienação (*Entfremdung*) caracterizados por desenvolverem uma ação de retorno que acaba por criar obstáculos socialmente postos à plena explicitação da generalidade humana reproduzindo as desumanidades socialmente postas. Conforme esclarece Holanda citando o próprio filósofo húngaro:

[...] a origem da alienação a partir da exteriorização não significa de modo algum que esses dois complexos sejam unívoca e incondicionalmente o mesmo: é bem verdade que determinada forma de alienação possa nascer da exteriorização, mas esta última pode muito bem existir e operar sem produzir alienações. (Lukács apud Holanda, 2007, pag. 03)

Mas então que mediações permitem que as ações de retorno sobre o indivíduo que explicitam a auto-construção da personalidade e da generalidade humana possam se converter também em seu contrário, numa ação de retorno que reproduz a despersonalização e as desumanidades socialmente postas?

3. Trabalho, complexos valorativos e alienações

A resposta a questão acima só pode começar a ser elaborada se levarmos em consideração o pressuposto de que as alienações (*Entfremdungs*) surgem e se desenvolvem na reprodução social, ou seja, para além do trabalho enquanto intercâmbio orgânico com a natureza. Por isso, na análise lukacsiana sobre o trabalho enquanto tal encontraremos, primeiramente, apenas alguns momentos nos quais, a partir da reprodução social, as alienações se conectarão ao trabalho e, em segundo lugar, os fundamentos últimos que embora não se referindo às alienações historicamente determinadas abrem a possibilidade ontológica de suas efetivações na história da humanidade, para só depois então tratarmos das formas histórico-concretas dos fenômenos da alienação humana.

No capítulo sobre o trabalho de sua ontologia Lukács conecta o fundamento das alienações em dois momentos: a) o insuperável caráter de contraditoriedade do devir-humano dos homens e b) os valores e processos valorativos.

Em sua análise Lukács começa pela questão dos valores. Não porque privilegie uma dimensão eticista ou moralista, como fizeram grandes expoentes da filosofia como Kant, mas pelo fato das alienações, como todo e qualquer fenômeno objetivo do ser social apenas poderem se reproduzir tendo por mediação atos singulares teleologicamente postos. E será pela esfera valorativa que as alienações encontrarão a mediação necessária para atuar nas escolhas e alternativas abertas para os indivíduos na cotidianidade.

Ao contrário de Max Weber para o qual os conflitos inconciliáveis são inelimináveis da vida civilizada, para Lukács os valores só existem na ação efetiva real da história e quando são incorporados às posições teleológicas que adentram os processos de objetivações. Em outras palavras, sem sua inserção na práxis e sem intervir no processo de escolha entre alternativas, parte fundamental de toda posição teleológica, os valores carecem de toda e qualquer existência social efetiva.⁴

Em resumo, para Lukács o trabalho é a categoria fundante dos valores. Contudo, a realização efetiva dos valores não é determinada pela relação imediata entre práxis/valores, mas no processo de mudança do ser social, ou seja, na esfera da reprodução social. Lembramos que para nosso autor, entre a categoria fundante que é o trabalho e a totalidade social se interpõem uma malha complicada de relações categoriais que compõem a categoria da reprodução social. O desdobramento concreto do ser social em cada momento histórico tem por *locus* não o trabalho em si, mas sim a complexa síntese de atos singulares, que é a reprodução social. Como nos esclarece e resume Lessa (2002, pag. 158), “[...] a construção social da particularidade de cada momento histórico é uma função que pertence à essência da categoria da reprodução, e não ao trabalho enquanto tal”.

Sendo assim, com o objetivo de elucidar a gênese dos valores em Lukács, o que agora nos interessa é o papel mediador fundamental entre a categoria do trabalho, que funda a possibilidade de alternativas concretas ao ser social e, por isso, também o fundamento ontológico dos valores, e a totalidade social realizada pela reprodução social. A dialética aqui está no fato de que sem trabalho os valores não existem, mas apenas pelo trabalho, os valores também não poderiam vir a ser processos valorativos concretos. É essa situação que permite Lessa (2002) explicar que para Lukács: 1) entre o fundamento ontológico dos valores e a gênese de cada um deles há uma diferença fundamental que reflete as distinções e conexões que, no plano do ser, articulam trabalho e reprodução social. E 2) se valores surgem espontaneamente na práxis social, mesmo que não se tenha consciência desse fato, não menos verdadeiro é que a forma dessa atuação e o conteúdo dos valores dependem diretamente da consciência que os homens têm de sua própria história, para sermos breves, do grau de desenvolvimento do ser-para-si do gênero. Sendo assim, haverá uma distinção entre valores e processos valorativos realizada não apenas pelo seu conteúdo formal, mas antes pela relação que eles desdobram com o processo reprodutivo enquanto todo. Para tornar mais claro essa distinção, o que particulariza os complexos valorativos é o fato de as alternativas, inerentes a cada pôr teleológico, apenas poderem vir a ser objetivadas se determinadas, de forma

⁴ □ Por isso, Lessa (2002) lembra que o autor de *Para uma Ontologia do Ser Social* descarta toda e qualquer perspectiva baseada numa concepção teleológica da história sendo guiada por um valor, bem como ainda é um severo crítico das perspectivas moralistas e eticistas que enxergam nos valores categorias que podem atuar sobre a história do exterior da práxis social concreta. Para ele os valores são construídos na história e jamais uma esfera determinada apenas pelas vontades ou pela razão.

mais ou menos consciente, pelos valores. Contudo, a realização efetiva dos valores é determinada pela malha de possibilidades e alternativas reais abertas aos indivíduos de reagir perante à problematicidade do movimento histórico-social.

Para Lukács, então, os valores em sua objetividade histórica são parte orgânica do complexo, contraditório e desigual processo de desenvolvimento social global. Claro que uma análise mais exaustiva de tais ordens de questões, extremamente problemáticas e complexas só teriam lugar no desenvolvimento de uma Ética, mas em sua Ontologia o filósofo não deixava de assinalar:

Os valores [...] são objetivos porque são partes motrizes e movidas do desenvolvimento social global. Sua contraditoriedade, o fato incontestável de que eles frequentemente vêm a se encontrar em oposição declarada com a própria base econômica e também entre si, definitivamente não conduz [...] a uma concepção relativista dos valores [...] Sua existência, que se manifesta sob a forma de um dever-ser social e factualmente obrigatório, à qual é necessariamente implícita sua pluralidade, com uma relação recíproca que vai da heterogeneidade à oposição, é certamente racionalizável apenas *post festum*, mas exatamente nisto se exprime a unitariedade contraditória, a desigual univocidade do processo histórico-social global. (Lukacs apud Lessa, 2002, pag. 160).

Ao explicar esse trecho de Lukács, Lessa (2002) afirma que tal como ocorre com outras categorias sociais (que nada mais são do que formas de ser, determinações da existência) também no caso dos valores o processo de socialização é desigual e contraditório, e por meio dele, ao longo da história, as formas categoriais meramente existentes, *em-si*, se explicitam socialmente em formas muito mais complexas, mediadas, superiores, que encarnam crescentemente a consciência *para-si* do gênero humano. Em outras palavras, ao longo da história o valor evolui de um primeiro momento *em-si* a um momento *para-si* no qual tanto os valores como os problemas surgidos para o devir-humano dos homens se elevam à consciência cada vez mais em escala social.

Feito esse resumo sobre a gênese ontológica e o desenvolvimento histórico dos valores e dos complexos valorativos, a questão agora é explicitar como se dá a relação entre os valores e as formas de alienação humana. Já sabemos, que tanto os valores como as alienações têm seu locus de realização, para além da esfera específica do trabalho, na reprodução social. Para Lukács é na reprodução social que os valores podem ser portadores das alienações no contraditório processo de desenvolvimento social. A contraditoriedade do desenvolvimento social, além de estar na gênese dos valores, funda a possibilidade de se desdobrar, na práxis social, a contradição entre valores mais genéricos ou mais particulares⁵.

⁵ □ Cabe ressaltar que essa contradição entre valores genéricos e mais particulares fundada pela contradição entre desenvolvimento das capacidades humanas ao longo da história e o desenvolvimento das personalidades através de suas escolhas na práxis social cotidiana, já se fazia presente nas formas mais simples de sociabilidade humana e nas sociedades mais desenvolvidas ocorre sua completa explicitação.

De acordo com Lukács (1981), o progressivo “afastamento das barreiras naturais”⁶ proporcionado pela crescente divisão do trabalho e pelo desenvolvimento das capacidades humanas para o trabalho puseram ao homem, com muita frequência, múltiplas tarefas, fortemente heterogêneas entre si, cuja execução correta requer do indivíduo e, portanto, suscita nele, uma síntese de capacidades heterogêneas e uma gama de possibilidades e alternativas cada vez mais múltiplas e contraditórias. Para o filósofo húngaro, o tornar-se humano do homem, ou seja a tendência a autenticidade e a generalidade é, como processo global a mesma coisa do constituir-se do ser social enquanto espécie peculiar de ser. Nas sociedades primitivas, no estado gregário da humanidade, o homem singular quase não se distingue da mera singularidade que está presente e operante em cada ponto da natureza inorgânica e orgânica. Mas, o salto que transforma o homem de ser natural em ser social, desde o início se impõe com intensidade e extensão sempre maiores, na relação do homem singular com os fatos gerais (com a totalidade dos complexos existentes e com as leis que caracterizam estes processos), obviamente em paralelo com o desenvolvimento.⁷ Nas palavras do próprio Lukács:

Porque neste caso, e é um fato que não encontra analogia na natureza, as singularidades (os indivíduos singulares) vão sempre criando mais o próprio ambiente, uma vez que o ponto de partida de cada processo social é constituído por uma posição teleológica, por uma decisão alternativa, deve mudar também a essência ontológica da necessidade que opera no plano geral. A necessidade, cuja essência vimos, é sempre constituída pelo nexa “se... então”, opera na natureza com um certo automatismo em relação aos objetos, às relações, aos processos, etc., a cada vez em questão. No ser social a coisa muda no sentido que a necessidade pode apenas provocar decisões alternativas, isto é, segundo a repetida formulação de Marx, ela se apresenta como motivo de decisões “sob pena de ruína”. Esta nova estrutura não decai pelo fato de que as posições teleológicas colocam sempre em movimento séries causais que se movem com uma necessidade análoga àquela dos processos naturais. Com efeito, cada vez que estes nexos causais entram em contato com as atividades humano-sociais, reentra em jogo a decisão alternativa, a necessidade “pena de ruína”, ainda que de novo pondo em movimento sempre “naturais” séries causais.

Ora, então temos que em razão da crescente divisão do trabalho seguida dos problemas e alternativas que esta põe ao homem singular porque “ele é essencialmente um ser que responde”, a mera singularidade do homem singular vai cada vez mais se movendo no sentido do

⁶ □ Devemos sempre lembrar que para Lukács “o afastamento – o inevitável afastamento, mas não o desaparecimento – da barreira natural é um produto não apenas do complexo processo de reprodução da sociedade, mas também e sempre da vida individual. As manifestações fundamentais desta, por exemplo, os atos do nutrir-se e do reproduzir-se, podem tornar-se fortemente sociais, com mudanças qualitativas, os motivos da socialização podem ter neles uma função cada vez mais dominante, mas tais atos não podem jamais abandonar totalmente o seu terreno biológico.” (1981, pag. 6)

⁷ □ É sempre bom afirmar, que na natureza também existe diferença entre as leis do movimento das totalidades e os modos em que se movem as individualidades Na natureza, porém, essas diferenças são caracterizadas pelas necessidades que apresentam uma recíproca unitariedade (entre indivíduos e totalidade social), sobre a qual os modos específicos de movimentos não influem em quase nada.

desenvolvimento da personalidade – a partir de suas escolhas ao longo da vida e também neste caso possui também como fundamento uma necessária “pena de ruína” – terminam por alterar também as relações sócio-dinâmicas entre necessidade econômica, entre necessidade sócio-geral e o decurso dos processos de vida cada vez mais individuais.

Temos explicitada a contradição posta por Lukács. Por um lado, quanto mais a barreira natural se afasta na troca orgânica da sociedade com a natureza, isto é, quanto mais sociais se tornam as próprias categorias econômicas (sem logicamente abandonar seu caráter biológico), tanto mais assume o caráter de um sistema de leis, de um “reino da necessidade” tornando-se cada vez mais independente da vontade, das aspirações, etc., dos homens singulares. Por outro lado, no plano individual onde as decisões alternativas singulares agem essencialmente sobre a vida dos indivíduos, intervêm também outras complexas conexões e determinações da práxis. Estas, mesmo não agindo de maneira diretamente determinante sobre os momentos necessários no plano econômico-social, – os atos dos indivíduos inseridos em tais contextos se apresentam apenas como momentos da singularidade no quadro das leis gerais, – não são, contudo, indiferentes do ponto de vista histórico-social.

Portanto, adverte Lukács (198, pag. 6), para entender realmente o fenômeno da alienação, sem acréscimos e mascaramentos mitológicos, não se deve jamais perder de vista que a personalidade (ou seja, as escolhas que cada indivíduo realiza ao longo de sua vida), com toda a sua problemática é uma categoria social. E por ser uma categoria social é que permite a Marx a afirmação de que “A educação (*Bildung*) dos cinco sentidos é obra de toda história universal até agora”. E a descoberta dessa relação contraditória entre desenvolvimento das capacidades e desenvolvimento das personalidades faz com que nosso filósofo possa afirmar algo extremamente importante para nosso entendimento sobre as alienações. Seguindo os passos de Lukács, ao contrário do que pensam as religiões e quase todas as filosofias idealistas o desenvolvimento do homem em direção a uma “generidade autêntica” não é resultado de um simples desenvolvimento das faculdades “superiores” dos homens (o pensamento, a moral, o conhecimento, etc.) em prejuízo a inferior sensibilidade humana, mas, ao invés, “exprime-se no complexo total do ser do homem e por isso também – no imediato, aliás: acima de tudo, – na sua sensibilidade”. (Lukács, 1981, pag. 7). Isso fica bem claro nesse trecho do texto lukacsiano:

Este processo é ao mesmo tempo extensivo e intensivo, quantitativo e qualitativo. Por um lado, surgem necessidades satisfeitas que de modo nenhum existem nos estádios iniciais; por outro lado, as necessidades indispensáveis à reprodução da vida buscam satisfação nos modos que as elevem a um nível mais alto, mais social, mais afastado desta reprodução direta da vida. O que é visível especialmente na nutrição. Naturalmente, entre as classes dominantes pode haver uma grande elevação nesse campo que tenha escassos vínculos com o modo geral de satisfazer aquela necessidade na sociedade em questão, mas também na linha histórica do desenvolvimento se verifica antes um movimento que, por exemplo, eleva a fome

apenas fisiológica ao apetite, enfim social. (1981, pag.8)

Mas sublinhemos novamente essa tendência do desenvolvimento humano para uma “generidade autêntica”, não é mais do que uma tendência que estará sempre relacionada à reprodução social, ou seja, a síntese dos atos singulares e, por isso, também às possibilidades e alternativas entre uma malha de valores que conferem forma a uma dada personalidade (com visão de mundo), e que orientam (ou criam obstáculos) as alternativas em direção à generalidade humana. A problemática maior está em que tal malha múltipla de valores que orientam as alternativas na práxis social sempre mantém uma relação com o desenvolvimento econômico, ou seja, elas sempre são orientadas por exigências específicas do processo de potencialização das capacidades humanas para transformar a natureza. Essa articulação com o desenvolvimento econômico é que faz com que os valores determinantes, que acabam se conservando no processo social são sempre (conscientemente ou não), imediatamente ou com várias mediações, interligados com as exigências econômicas das sociedades. Assim, os valores que são cristalizados em uma sociedade mantém sempre uma relação, imediata ou mais frequentemente através de várias mediações, com a esfera econômica de transformação da natureza.

Para nossa análise dos fundamentos das alienações em Lukács fundamental é se os valores objetivados em cada período histórico são portadores daquela “tendência a generidade autêntica” antes explicitada, ou se, pelo contrário, se constituem em momentos de afirmação de obstáculos socialmente postos à riqueza das personalidades e, posteriormente também, à explicitação do gênero humano. Como sintetiza Sérgio Lessa (2002) é nesse núcleo mais fundamental dos complexos valorativos que, segundo Lukács, se expressa a ação de retorno dos fenômenos da alienação sobre a práxis social: os valores que orientarão as escolhas a ser objetivadas serão portadores da “tendência à autenticidade” ou, pelo contrário, os que ao submeterem os homens ao “serviço de potências transcendententes”, sejam elas representadas por Deus ou pelo Fetichismo da Mercadoria, acabam por obstaculizar o pleno desenvolvimento das personalidades e o devir do gênero humano convertendo-os em despersonalização e desumanidades socialmente postas.

4. Desenvolvimento social e expressões históricas dos fenômenos da alienação

Como podemos perceber ao longo da exposição até agora, longe das filosofias que concebiam o fenômeno da alienação como consequência imediata do desenvolvimento econômico ou como resultado de um processo puramente subjetivo (que se desenrola exclusivamente no interior do indivíduo), na ótica do último Lukács as alienações (sempre no plural) são fenômenos portadores de historicidade e, como tal, assumem ao longo do processo histórico formas particulares de explicitação conforme as circunstâncias do momento ao qual corresponde. Essa característica

ineliminavelmente histórica faz da alienação um complexo em permanente relação com os demais complexos sociais (principalmente com os complexos ideológicos) e também com a totalidade social, tendo sempre como base uma determinada e também histórica base econômica.

Ao seguir as indicações de Lukács na sua Ontologia, de acordo com Norma Alcântara de Holanda (2007) a história dos homens é permeada por diferentes formas de alienações, desde aquelas provocadas por um nível pouco desenvolvido até as que têm por base um inquestionável progresso objetivo. Se analisarmos, por exemplo, as alienações que brotam das sociedades primitivas veremos que não continham o mesmo caráter negativo daquelas originadas nas sociedades de classe. Certamente, as alienações derivadas do momento histórico primitivo, não contém em suas bases a contradição entre o inquestionável progresso objetivo e a deformação das personalidades humanas. Mas então como Lukács explica a relação existente entre a organização material e espiritual dessas comunidades primitivas com o surgimento das alienações mágicas e religiosas?

Para responder a essa questão teremos que adentrar num terreno ainda pouco explorado pelos pesquisadores da Ontologia do ser social e por isso também ainda cheio de problemas não resolvidos e questões polêmicas: a crítica lukacsiana da religião e sua relação com a vida cotidiana.

Em seu capítulo sobre a alienação Lukács ao tratar das alienações religiosas afirma que basta lançarmos um olhar sobre a realidade histórica para percebermos que a religião é um fenômeno social universal. Segundo o autor, a questão religiosa é “[...] desde o início – e em muitos casos até muito depois – de um sistema para regular por completo a vida da sociedade; sobretudo *satisfaz a necessidade social* de regular a vida cotidiana dos homens, de uma forma tal de ser capaz de exercer de uma maneira ou de outra um influxo direto sobre a conduta de vida de todos os indivíduos em questão”. (1981, pag. 31). Ou seja, existe em cada religião uma certa tendência, e impulso necessário a exercer uma influência direta sobre a conduta cotidiana dos indivíduos em uma dada sociedade. Acresce o autor: “Da tradição até ao direito, a moral, a política, etc. não há setor ideológico socialmente significativo que a religião não tivesse tentado dominar.” (1981, pag. 31). Enquanto outras esferas ideológicas, que sempre visam influenciar os indivíduos na escolha de alternativas para dirimir conflitos sociais, têm por força das coisas a tendência (que é tanto mais forte quanto mais desenvolvida é a sociedade) a elaborar generalizações abstratas, pensemos por exemplo a evolução, do direito ou da filosofia. A religião, pelo contrário, caso queira cumprir com as suas funções sociais, não deve jamais perder o contato, muito freqüentemente organizado de modo complexo, com os destinos específicos dos indivíduos enquanto indivíduos da vida cotidiana. As diferenças na forma ideológica de operar do direito e da religião é ressaltada por Lukács através de exemplos concretos,

O direito, por exemplo, intenciona dominar a vida cotidiana dos homens, no interesse de uma certa classe a um dado grau de desenvolvimento econômico, sobretudo com a ameaça geral de penas; para considerar alcançado este objetivo, basta que tais comandos e direções sejam em larga medida respeitados pela maioria das pessoas. Ora, é totalmente possível, e na maior parte dos casos ocorre realmente que a regulação religiosa tenda a resolver os mesmos problemas de maneira – em última instância – igual ao direito. Todavia, os seus meios terão específicos acentos qualitativos que frequentemente vão muito além do possível raio de ação do direito. Pense-se, por exemplo, na primeira guerra mundial. O direito pôde apresentá-la ao indivíduo como legítima do ponto de vista do direito internacional, pôde demonstrar que na longa série dos assassinatos, homicídios, etc., não cabia a morte do inimigo pela mão dos soldados. Tudo isto não era privado de importância. Quando, porém as várias confissões sustentaram que o homem, absolvendo sem reservas os seus deveres em relação à própria pátria, salvava a sua alma, permanecia fiel às sagradas tradições da humanidade cristã, etc., elas favoreceram aos interesses então centrais das classes dominantes com uma intensidade e profundidade de ação muito maiores do que o direito jamais foi capaz de obter

Torna-se sem dúvida evidente para Lukács (1981) que tais efeitos sobre as individualidades podem ser alcançados somente quando as posições teleológicas que vão se realizando são baseadas sobre uma rica gama de experiências relativamente ao que na vida cotidiana o homem médio considera como verdadeiro, real, importante, etc. Essas formas concretas de experiências cotidianas devem suscitar nele tais ideias sobre a realidade do seu ambiente social, em resumo, em como foi construída a *ontologia da vida cotidiana* em um dado momento por dados tipos de pessoas. A partir daí, nosso autor se dedica a explicar como na ontologia da vida cotidiana certas experiências suscitam no indivíduo ideias que são a base para a necessidade religiosa.

Nesse contexto, Lukács repete uma máxima bastante conhecida de seus escritos: *a relação imediata entre teoria e práxis é um aspecto fundamental da vida cotidiana*. Certamente, essa relação imediata entre teoria e práxis não se apresenta nos atos teóricos de preparação para aquelas formas de trabalho que ainda não se transformaram em rotina absoluta. Pois nestes, com efeito, se o indivíduo quer que o processo de trabalho seja conduzido com êxito ele deve necessariamente captar corretamente a verdadeira constituição objetiva dos meios, do objeto, etc. do trabalho, existente independentemente da consciência. Todavia, alerta Lukács, [...] a reflexão em si dirigida à objetividade sobre a possibilidade dos atos do trabalho em projeto evita a imediaticidade só em relação ao objetivo concreto daquele dado trabalho”. Ou seja, ela não pode, portanto, jamais subverter radicalmente a genérica conexão imediata entre teoria e práxis que se apresenta na cotidianidade. Até o presente, apesar do desenvolvimento de toda uma série de ciências tornadas autônomas, esta estrutura imediata da vida cotidiana permanece invariável e funcionando até mesmo para os mais importantes cientistas.

Abstraindo as outras consequências da imediaticidade da vida cotidiana interessa-nos aqui examinar como de uma tal relação sujeito-objeto socialmente gerada no cotidiano, se desenvolve no

outro pólo uma resposta dos indivíduos a uma tal realidade que, por sua vez, geram a imagem de um *motor transcendente* que age sobre todos os atos individuais e coletivos, sobre todas as tendências e as situações que se têm na sociedade. Nesta relação joga um peso importante o papel do “acaso na história”, ou seja, o fato dos homens nunca serem capazes de realizar as suas posições teleológicas com uma informação adequada sobre as forças que de fato entram em campo.

Nas posições teleológicas típicas do trabalho essa ignorância acerca do conjunto das determinações provoca, não só e nem sempre uma falência. Tais aspectos não conhecidos e não controlados podem, ao invés, em certas circunstâncias, levar a conclusões positivas, com o por exemplo, um não intencional aperfeiçoamento do trabalho e de seu produto. Mas, diz Lukács, quando falamos da relação entre homens na vida cotidiana o efeito deste estado de coisas é ainda mais pleno de confusão e de aspectos incontroláveis. Em resumo,

“[...] o homem da cotidianidade é capaz de levar adiante a própria vida apenas no constante contato com outras pessoas, mas o conhecimento dos homens, enquanto conhecimento da verdadeira natureza de um indivíduo, enquanto previsão do seu imediato agir futuro, nunca pode elevar-se a um saber real, etc. etc. A práxis cotidiana, portanto, está sempre envolta por um limite de ignorado que é impossível padronizar completamente.” (pag. 33).

Na condição de imprevisibilidade das respostas na vida cotidiana é que se escondem os fundamentos últimos da alienação religiosa. E, com isso, Lukács (1981, pag. 33) conclui “[...] apenas a conduta do homem que seja capaz de ir para além desta imediatividade do particular pode operar contra a alienação na transcendência que se verifica em tal contexto.” Mas para que a imediatividade da vida cotidiana conduza os homens a alienar suas potências num ser transcendente outras mediações devem entrar na nossa análise.

Para Lukács, é universalmente notório na história do devir-humano dos homens que a primeira categoria teórica que intervém no ato de tentativa de ordenar e dominar com o pensamento a realidade objetiva é a *analogia*. Mas para Lukács (1981) a analogia não é definitivamente um verdadeiro instrumento cognoscitivo, mas apenas uma maneira natural, ineliminável, de nós reagirmos a novos fenômenos, de inseri-los no sistema daqueles já conhecidos por nós. Por isto, diz ele “[...] a encontramos desde o início do processo de conhecimento da realidade e, também por isso, o desenvolvimento do pensamento científico na atualidade a degradou a impulso subjetivo dirigido à hipótese, para ser verificada independentemente dela”. (pag. 34)

Então, temos que para Lukács ainda hoje o pensamento cotidiano se apóia nas analogias mais variadas frente aos complexos de questões que se tornam importantes para a práxis social. Por exemplo, aquilo que na vida cotidiana nós costumamos definir como “conhecimento”, em geral não é outro processo que uma generalização analógica, mais ou menos arriscada ou cautelosa das nossas experiências empíricas passadas. Podemos daí refletir que torna-se cada vez mais evidente, através

da análise lukacsiana, que um complexo tão fundamental para a existência humana como o trabalho tenha tido uma importância central na formação e na organização dos primeiros “silogismos analógicos”. Seguindo a linha de raciocínio de Lukács, não é muito difícil imaginarmos que os primeiros homens que trabalhavam ao tentarem cotidianamente explicar a legalidade da realidade que os cercava realizarem uma analogia com o seu trabalho, explicando a natureza através de um criador transcendente. Dessa forma, para os homens em sua imediaticidade

[...] o fato que as coisas, os processos, etc. tenham uma origem teleológica, implica a óbvia consequência – verdadeira no âmbito do trabalho, mas muito dúbia fora dele, onde é extraída por analogia – que todos os fatos, mesmo no âmbito da natureza como tal, sejam produzidos por uma intenção concreta. (pag. 33)

Para nosso filósofo, as primeiras tentativas de dominar esta transcendência, isto é, aquelas denominadas de *mágicas*, tiveram na própria base um comportamento de analogia desse tipo. Na sua estrutura abstrata e transcendente a *magia* possui muitas analogias com o trabalho e com o conhecimento primário e cotidiano que ajuda à executá-lo. Com a magia os homens primitivos tentavam colocar a seu serviço processos impessoais, que eles não conheciam, nem conseguiam explicar e eliminar ou pelo menos atenuar a periculosidade deles. Todavia, estes processos não podiam ser verificados e controlados materialmente, como aqueles realizados no trabalho. Por isso, explica Lukács (1981, pag. 34). “[...] devia-se recorrer em substituição ao caráter concreto do trabalho a algo que permanecia no plano da consciência (fórmulas mágicas, cerimônias, etc.) e em certos casos em reproduções miméticas daqueles eventos que se procurava dominar praticamente (pintura das cavernas, danças, etc.)”. Para Lukács, é significativo o fato que muitos destes métodos mágicos ficaram encrustrados, nos primeiros processos de trabalho e que por muito tempo não foram eliminados e mesmo com o desenvolvimento social atual continuam a estar frequentemente presentes, mas agora somente na forma de superstições presentes na vida cotidiana.

O interessante na análise de Lukács é que ao tratar sobre a transição da magia à religião, mesmo que esta tenha sido realizada de formas muito variadas na história da humanidade, ela tem como essência o fato de que o homem se vê constrangido a renunciar ao propósito de dominar diretamente os eventos naturais com meios mágicos, porque em determinado período do desenvolvimento histórico passa a explicar a realidade que o cerca – em analogia com o trabalho – como o resultado de potências transcendentes (deuses, demônios, semideuses, etc.) que produzem e criam a realidade com a sua vontade onipotente. Então, ainda mantendo a analogia com o trabalho, mas agregando a essa analogia os ganhos civilizatórios e sociabilizadores inerentes ao devir-humano dos homens passam a usar vários procedimentos que, ao contrário da magia não visam dominar as forças da natureza, mas sim tentar ganhar o favor dos Deuses (através de oferendas,

sacrifícios, etc.) a fim de que eles, por seu lado, regulem o curso dos acontecimentos segundo os respectivos interesses humano-sociais. Como sublinha inteligentemente Lukács: “A analogia segue o caminho da socialização.” (pag. 35).

Como vimos na base da alienação religiosa existem em primeiro lugar as analogias com as experiências do trabalho. Mas, adverte Lukács, nesse processo contribuem outras determinações, as quais tornam possível a conclusão dessa forma de alienação tão universal e determinante. Nesse sentido, Lukács agrega como fundamento da alienação religiosa aquilo que Marx costuma chamar de *reificação*.

5. Sobre as categorias de “Reificação Ingenua” e “Reificação Alienada” em Lukacs

Para analisar corretamente o tipo de reflexo do mundo baseado na reificação Lukács começa pelo exame da casualidade. Embora o desenvolvimento de uma consciência humano-social sempre mais vasta e aprofundada sobre os movimentos concretos da natureza impulse os homens a interpretar os processos físico-químicos e fisiológicos como o verdadeiro princípio que põe em movimento o ser natural, mas é evidente, segundo Lukács, que a existência desses processos não faz com que a natureza se apresente na sua aparência cotidiana como síntese dos processos descobertos pelo avanço científico, pelo contrário, a imediatez do cotidiano acaba por fazer desaparecer no dado imediato os fundamentais processos que fundam o ser natural.⁸

Lukács continua seu raciocínio ressaltando que se, por um lado, o processo de trabalho em parte torna utilizável e conhecido para o homem um processo natural, por outro lado também transforma uma coisa em uma outra coisa, também útil: por exemplo, transforma uma madeira em um machado. Dessa forma um aparente dualismo entre processo e coisa não muda em nada quando esses se tornam sociais. Ou seja, o trabalho apesar de transformar a natureza mantém esse processo sob a aparente forma de coisa.

Para Lukács, o ser-para-nós objetivo presente na causalidade posta pelo trabalho pode comprovar o seu ser somente no processo de reprodução econômica. Segundo Lukács (1981, pag. 34), Marx apresenta essa dinâmica nos termos seguintes:

Quando os meios de produção fazem valer no processo produtivo o seu caráter de produtos de trabalho passado, isto vem por meio dos seus defeitos... Quando o produto é terminado, a mediação das suas qualidades de uso por obra do trabalho passado é extinta. Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil e, portanto, torna-se prisioneira da força destrutiva do metabolismo orgânico natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece... Estas coisas devem estar ligadas ao

⁸ □Ao explicar esse processo Lukács (1981, pag. 34) escreve, “Marx, falando da processualidade como dado primário na natureza, colocou em relevo justamente que o desenvolvimento da terra é precisamente um processo. Isto não está absolutamente em contradição com o fato que a terra nesse processo, mesmo em permanente transformação qualitativa sob muitos pontos de vista, contudo, em sua objetividade conserva na mudança uma determinada coisalidade relativamente constante. E isto vale para toda a natureza, até para as pedras.”

trabalho vivo, que as evoque do reino dos mortos, as transforme de valores de uso apenas possíveis, em valores de uso reais e operantes.

Nesse ponto fica claro para Lukács qual é a natureza deste *ser-para-nós* que nasce mediante o trabalho. De um lado, ele existe como componente de um complexo existente apenas quando o trabalho é bem-sucedido. (O produto de um trabalho que não foi realizado permanece natural, como um *ser-para-nós* natural, meramente pensado). De outro lado, o produto do trabalho que não é mais utilizado retrocede de novo a condição de ser natural. Ou seja, esse *ser-para-nós* como ser real é, portanto uma categoria exclusiva do ser social. Dessa forma, explica nosso autor, que por sua indissolúvel ligação do *ser-para-nós* objetivamente existente com o seu determinado “*tornar-se-usado*” (eventualmente tornar-se consumido) no processo econômico, este ser social demonstra-se também ele uma reificação. Isso quer dizer que, segundo Lukács, se determinados produtos do trabalho são usados apenas como *veículos de funções específicas para cada processo* o seu funcionamento tende a apresentar-se como reificados. E essa dinâmica se desdobra de modo tanto mais difuso e pronunciado, quanto mais evoluídas são as formas técnico-econômicas do trabalho em uma sociedade. Porém, cabe aqui um alerta feito por Lukács, isso não significa que devam entrar imediatamente em atividade forças que conduzem apenas à alienação. Nosso filósofo, explica: [...] usa-se, por exemplo, uma lâmpada elétrica apertando um interruptor para acender e apagar e normalmente ninguém se põe a pensar nem mesmo de longe que está dando início ou impedindo um processo. O processo elétrico no quadro do ser cotidiano tornou-se uma coisa.” (Lukács, 1981, pag. 35).

Quanto mais evoluído for o desenvolvimento técnico-econômico mais a vida cotidiana torna-se plena de similares “reificações ingênuas”, espontâneas e muitas vezes inconscientes. E esse tipo de reação torna-se tão forte que também abarca os processos naturais, fazendo com que na “vida cotidiana seja uma norma o rio ser reificado tanto quanto o barco que navega sobre ele”. (Lukács, 1981, pag. 35). Lukács aponta que essa postura reificadora do cotidiano que tende a *cristalizar processos em coisas* está presente em várias esferas do ser social atingindo complexos sociais como por exemplo o desenvolvimento da linguagem e seu uso cotidiano para dirimir conflitos. Diz ele “Essa postura prático-ideal frente à realidade é inevitável e o demonstra o fato que a linguagem – quanto mais multiforme é o seu uso como meio de comunicação social, tanto mais – exprime em forma reificada os processos.” (1981, pag. 35)

Mas insistamos e sublinhamos mais uma vez uma questão fundamental: os processos descritos até o momento não têm na sua essência qualquer relação direta com aquelas reificações as quais se tornam na cotidianidade um veículo importante das reificações que conduzem diretamente às alienações. Veremos agora como Lukács trata as chamadas “reificações alienantes”.

Devemos primeiramente sublinhar dois pontos importantes. 1) de um lado, os

comportamentos sociais em si “inocentes” do ponto de vista da reificação, quando penetram a fundo na vida cotidiana, reforçam a eficácia daqueles outros comportamentos que operam na direção das alienações; 2) de outro lado, os indivíduos são tão mais facilmente envolvidos, pelos impulsos à alienação quanto mais as suas relações de vida são percebidas por eles em termos cristalizados, reificados e não de modo espontaneamente processual. Segundo Lukács (1981), isto quer dizer que, apesar do processo histórico de desenvolvimento da civilização produzir continuamente novos conhecimentos sobre a natureza e a sociedade, quem pensa que esses conhecimentos por si só constituem as armas espirituais contra as alienações, inclusive religiosas, cai na mesma ilusão dos iluministas. De acordo com o autor, pode-se quase afirmar que acontece o contrário. Ou seja, como escreve Lukács (1981, pag. 35), [...] quanto mais a vida cotidiana dos homens cria formas e situações de vida reificantes, com tão maior facilidade o homem cotidiano se adapta a elas entendendo-as, sem nenhuma resistência intelectual e moral, como “dados de natureza”. Dessa forma, através desse traço constitutivo da vida cotidiana pode haver uma menor resistência frente às verdadeiras *reificações alienantes*. Mas tais reificações alienantes são produtos específicos de sociedades onde o mundo das mercadorias começa a dominar a vida cotidiana dos indivíduos.

Para Lukács, no desenvolvimento histórico-social existe um duplo movimento que ao mesmo tempo supera e repõe as formas de reificações: 1) de uma parte, o desenvolvimento extingue determinadas formas de auto-reificação, mas em geral, substituindo uma forma de reificação primitiva por outra mais refinada. Isto provoca não só uma elevação das forças produtivas (econômicas) mas também uma humanização e uma desumanização das auto-reificações. Nosso filósofo, pede para pensarmos com o desenvolvimento histórico, ao mesmo tempo aumenta e diminui a crueldade, que nunca é dos animais, mas sempre humano-sociais. Para Lukács um confronto entre Gengis Khan e Eichmann ilustra suficientemente este duplo movimento simultâneo da história.

Só através da circulação das mercadorias enquanto forma material-espiritual de reprodução da sociedade humana, dada a natureza dessa dinâmica que se verifica por espontânea necessidade social, se desenvolve a *verdadeira reificação alienante*. Segundo Lukács, Marx caracteriza a essência reificadora e alienante da mercadoria como segue:

O mistério da forma de mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato que tal forma, como um espelho, restitui aos homens a imagem das características sociais do seu próprio trabalho, fazendo-lhes aparecer como características objetivas dos produtos daquele trabalho, como propriedades sociais naturais daquelas coisas e, portanto, restitui também a imagem da relação social entre produtores e trabalho geral (*Gesamtarbeit*), fazendo-o aparecer como uma relação social entre objetos existentes fora dos seus produtores. Mediante este *quid pro quo* os produtos do trabalho tornam-se mercadorias, coisas supra-sensíveis, isto é, coisas sociais... Aquilo que aqui assume para os homens a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas é somente a relação social determinada que existe entre os próprios

homens

De acordo com a análise lukacsiana aquilo que Marx nomeou como a nova forma “espectral” da objetividade do valor de troca que é a mercadoria cria através de um longo período histórico – em medida crescente com o desenvolvimento da economia – reificações sempre mais intensas, universais, que nas etapas mais evoluídas do capitalismo, se transformam diretamente em alienações, em auto-alienações. Para Lukács, a reificação descrita por Marx é bem específica e diz respeito ao processo segundo o qual, no plano ideológico, a circulação das mercadorias quando tomada pelo sujeito através de uma atitude acrítico-imediata conduz, com uma certa inevitabilidade, à auto-reificação do homem e dos processos de sua vida. Neste processo este tipo de *reificação alienante*, em contraste com a forma de *reificação ingênua*, adquire uma tendência interna a se converter diretamente em alienação.

Nunca é demais repetir que desde a compra e venda do escravo como *instrumento vocal* nas sociedades antigas até o desenvolvimento do capitalismo existe, por um lado, um claro progresso econômico-social que possibilitou a potenciação das capacidades humanas para o trabalho, mas, por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo espontaneamente fez com que para o trabalhador a sua força de trabalho se transforme em mercadoria, em valor de troca, no qual ele é constrangido a vender no mercado como uma mercadoria, uma coisa qualquer. Essa dialética ao passo que representou um fortalecimento gradativo das capacidades humanas possibilitou, por outro lado, o fortalecimento das reificações e alienações, os quais se transformam socialmente, cada vez mais, em auto-reificações e auto-alienações. O quão é radical este reificar-se dos processos, resulta da importância que o dinheiro assume gradativamente para a vida cotidiana do indivíduo e para a sociedade em geral.

Com o advento da sociabilidade burguesa a esfera de contradições atinge um patamar inédito na história. Nessas condições, como destaca Lessa (2002), Por um lado, os interesses privados/particulares do *bourgeois* são tomados como os interesses “reais” dos indivíduos. Por outro lado, os interesses genéricos são reduzidos à esfera abstrata do *citoyen*, da “cidadania” e na maior parte das vezes se apresentam aos indivíduos na cotidianidade como verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento do indivíduo-mônada, do mesquinho proprietário privado burguês. Dessa forma, sob a sociedade capitalista, que universaliza a forma mercadoria, as forças produtivas, ao se desenvolverem não apenas produzem individualidades mais ricas, mas contraditoriamente, desencadeiam um processo de desumanização que se eleva a patamares jamais constatados em outros períodos da história. Como escreve Marx, “o mais alto grau de desenvolvimento da individualidade” é conquistado “somente através de um processo histórico no qual os indivíduos são sacrificados”. (Apud Lukács, 1981, pag. 561-562).

A partir dessa constatação Lukács utiliza as várias citações de Marx para exemplificar o

processo pelo qual as alienações e reificações se desenvolvem na sociedade capitalista. Sob o capitalismo o trabalho é também ele transformado em mercadoria de tal forma que aquele processo que seria a manifestação da personalidade do trabalhador se converte para ele unicamente em meio para obter outra mercadoria para, com isso, garantir sua sobrevivência. Para Lukács, através do trabalho alienado, o trabalhador não se reconhece mas se nega continuamente, ao passo que só pode se conservar fisicamente na qualidade de operário e não na qualidade de homem que trabalha e produz a própria história. Por essas razões, reunidas aqui de forma muito resumida e pouco profunda, Lukács assegura que as alienações mais importantes têm estreita relação com as atuais formas de exploração capitalista. Holanda (2007, pag. 08) ressalta que para Lukács um dos traços comuns da sociedade capitalista é que no próprio ato de produção as tendências alienantes tipicamente capitalistas têm como consequência,

[...] uma sociedade na qual o ter representa na vida dos homens enquanto indivíduos um forte motor para as alienações. Isto o capitalismo acentua de tal modo que, mesmo para os operários, o poder de ter não se manifesta como simples carência, como influxo sobre o não-ter os meios importantes à satisfação cotidiana das necessidades, mas ao contrário, se manifesta como poder de ter explícito, como concorrência com outros homens e grupos, tendo em vista elevar o próprio prestígio pessoal mediante a quantidade e qualidade do ter. Deparamo-nos com uma realidade na qual a forma socialmente determinada da atividade produtiva, ao tempo que produz mercadorias, produz também um crescente valor do mundo das coisas às custas da desvalorização do mundo dos homens.

No capitalismo o poder das alienações adquirem tal força que englobam e reificam os complexos ideológicos mais variados. Afinal, lembra Lukács, o que significa, por exemplo, a salvação da alma para as religiões cristãs do que senão a reificação da culpa e da penitência, como um valor de troca espiritualizado? De acordo com Lukács, qualquer alienação, por mais que a sua existência possa ser determinada pela economia, nunca é capaz de desenvolver-se totalmente sem a mediação das formas ideológicas⁹. Porém, esta ineliminável mediação ideológica não significa que a alienação seja considerada, sob qualquer aspecto, um mero fenômeno ideológico. Para Lukács, quando um autor declara tal afirmação é sempre porque também não considera a base econômica objetiva daqueles processos que na aparência possuem um decurso puramente ideológico.

De acordo, com o filósofo húngaro, tais alienações típicas da sociedade capitalista e já tão bem explicitadas nos textos de Marx ao longo de sua trajetória intelectual vão adquirir ainda mais peso e intensidade sobre a vida cotidiana dos indivíduos no período histórico em que o capitalismo

⁹ □ Para o Lukács autor da Ontologia do ser social, o conceito de ideologia está ligado a determinação geral, segundo a qual ela é o instrumento social com cujo auxílio os homens combatem em conformidade com os próprios interesses os conflitos que nascem do contraditório desenvolvimento econômico. Para um aprofundamento dessa categoria no último Lukács ver: VAISMAN, Ester **A ideologia e sua determinação ontológica**. In: Verinotio Revista On-line, n. 12, Ano VI, out./2010.

assumirá características tão alienadas e reificantes que Lukács passará a chamá-lo de “sociedade da manipulação”.

5. A Sociedade da manipulação e suas novas formas de alienação

Antes de prosseguirmos torna-se importante para a análise adequada do fenômeno das alienações sublinhar o duplo movimento existente nessa categoria. Por um lado, as alienações são produtos das leis econômicas objetivas de uma formação social, e, portanto somente a atividade objetiva – espontânea ou consciente – das forças sociais pode anulá-las. Por outro lado, a luta dos indivíduos para eliminar as próprias alienações pessoais não deve permanecer uma atividade individual socialmente irrelevante, pois em certas situações históricas ela pode ganhar uma importância tal que a sua – potencial – influência sobre o movimento de toda a sociedade pode em condições determinadas assumir um peso objetivo notável. E nessas condições as disputas ideológicas adquirem uma importância fundamental, tanto para a difusão e manutenção das alienações, como também para sua superação.

Para Lukács o caráter essencialmente manipulatório do capitalismo atual nasceu da necessidade inerente do capital, surgida principalmente depois da significativa diminuição da jornada de trabalho e do crescimento gradativo do tempo livre do trabalhador, de expandir a grande empresa capitalista a todo o setor do consumo e dos serviços. Tal tendência intensificada no momento histórico do pós-segunda guerra mundial irá influenciar a vida cotidiana da maior parte dos homens de um modo nunca visto antes, direto, dirigente, ativo e mais intenso, como jamais foi possível nas formas econômicas precedentes.

Para as massas trabalhadoras do passado capitalista o consumo apresentava-se como uma forma de limitação de suas possibilidades de vida, contra a qual se via obrigado a lutar. Hoje, uma grande parte delas é dominada pela aspiração a elevar sempre mais um nível de vida que no fim das contas é valorizado positivamente. À primeira vista, o imediato interesse econômico do capitalismo em relação aos campos por este dominados pelo consumo e pelos serviços parece limitar-se ao aumento do comércio e portanto do lucro. No entanto, afirma Lukács, tal interesse imediato põe em movimento um aparato que não se contenta mais somente em elogiar objetivamente as mercadorias, mas submete os consumidores sempre mais a uma pressão moral. O consumo vai transformando-se sempre mais, em uma questão de prestígio, de “imagem”, que o indivíduo adquire ou conserva por causa daquilo que ele usa para o próprio consumo. Tais características produzem substituem velhas formas de alinação capitalista por novos fenômenos de alienação.

De acordo com Lukács o ambiente sócio-cultural instaurado pela “sociedade da manipulação” surgiu pela primeira vez como possibilidade histórica com a escalada de Hitler na Alemanha. No

livro *A destruição da razão* Lukács já havia procurado mostrar como aquilo que é definido *concepção de mundo do hitlerismo* foi o produto gradualmente maturado de um secular desenvolvimento reacionário verificado no plano social e de concepções de mundo. Tal visão de mundo adquiriu força de urgência política, quando o impulso da reação, sobretudo alemã, convergiu com os interesses do imperialismo. A partir daí, o hitlerismo se tornou ideologia no sentido literal do termo (isto é, meio para lutar em um conflito sócio-econômico vital para esta formação) quando se conseguiu dar às estruturas do pensamento explicitamente reacionárias a aparência de uma transformação revolucionária.

Elucidativamente Lukács indica que Hitler não apenas conseguiu superar a grave crise alemã, mas entre seus projetos sociais mais importantes figurava uma questão que se tornará fundamental para a manipulação capitalista a partir daí: modelar o tempo livre de modo a adequá-lo ao sistema. Seguindo essa lógica é que Hitler fala de uma natureza “feminil” das massas, exprimindo assim, tanto a própria vontade de dar a elas uma forma correspondente aos seus propósitos, quanto o seu convencimento que elas estejam acostumadas a serem modeladas. Sendo assim, de acordo com Lukács, Hitler não simplesmente restaurou o domínio do anterior capitalismo imperialista dos monopólios, mas também deu-lhe alguns traços novos e importantes, que só poderiam desenvolver-se plenamente nos Estados Unidos após a segunda guerra mundial. Assim, é que Lukács conclui que Hitler ao desenvolver uma forma de *manipulação brutal* abriu o caminho para a forma de *manipulação sofisticada* que se desenvolverá plenamente a partir do pós-segunda guerra mundial difundindo o mais baixo grau da particularidade como limite para o desenvolvimento humano. Nas palavras do filósofo húngaro,

O período hitleriano faz florescer esta conduta de vida: desencadeia nos seus seguidores e súditos todos os piores instintos da particularidade, também e, sobretudo aqueles que na vida cotidiana normal, geralmente são reprimidos pelo homem particular médio. A sua obra social consiste simplesmente no fato que esta “liberação” seja canalizada nas direções indicadas pelo hitlerismo, como unidade do destruir e do ser-destruídos, da brutalidade em relação aos outros e do temor de ser brutalizados. Que em tal modo devesse dominar um misto de crueldade desenfreada e de vil rejeição da responsabilidade, isto é, que se intencionasse obter e se obtivesse o grau mais baixo da particularidade, hoje é notório a todos aqueles que não tenham motivos sociais ou egoístico-pessoais para querer cancelar estes fatos das memórias dos homens.

Como ressaltamos algumas vezes ao influenciar na escolha das alternativas a cada momento postas pelo desenvolvimento social à ação de cada indivíduo, os complexos ideológicos mediadores desempenham papel fundamental no desenvolvimento de cada individualidade e dessa forma direcionam o devir dos homens para realizações mais genéricas ou ações que permanecem no estreito limite da particularidade burguesa. Dessa forma se aproveitando do fato histórico-concreto de que os homens podem frequentemente se ocupar “com paixão” de muitas coisas irrelevantes, a

moderna manipulação se ocupa – e freqüentemente com grande eficácia – de alimentar as características mais mesquinhas e os instintos mais egoístas que estimulam de forma intensiva e cotidiana o grau mais baixo de particularidade dos indivíduos¹⁰.

Tais fenômenos das novas alienações se verificam no movimento de toda a sociedade. Este último, nascido sobre o terreno do desenvolvimento do capitalismo, assumiu força político-social crescente pela crescente contraditoriedade das formas de domínio capitalista, incluindo aí a chamada democracia burguesa. As análises conduzidas por Lukács, indicam que as grandes crises verificadas no período posterior à primeira guerra mundial obrigaram a burguesia do ocidente a buscar novas formas de domínio. Para Lukács o ponto central dessas novas formas de domínio consistiu na construção de uma nova forma de democracia burguesa que conservando formalmente todas as formas externas da democracia, que frutificaram polemicamente, seja contra o fascismo, seja contra o socialismo, mas anulando-as de fato mediante um novo conteúdo organizativo e ideológico, enquanto as massas foram excluídas de toda participação real das decisões econômicas ou políticas de relevo.

Da mesma forma a moderna manipulação capitalista pretende influenciar as decisões individuais e coletivas através sobretudo da construção de uma nova ideologia vigente no mundo imperialista que mantém múltiplas relações com as novas formas de alienação típicas da sociedade da manipulação. No entanto, para Lukács, como vimos, tal conjunto ideológico é a continuidade de importantes tendências neo-imperialistas que encontraram a sua expressão inicial no fascismo. Mas para a burguesia neo-imperialista o mito fascista deve ser reprovado com desprezo enquanto forma intelectual de uma ideologia. Para Lukács tal recusa é generalizada ao extremo, a ponto de reprovar a priori toda e qualquer tipo de ideologia alcançando uma solução extrema no encontro de uma espécie de “ideologia da desideologização” como princípio.

No complexo seio das intensas transformações econômico-sociais por que passou o mundo capitalista do último século as velhas formas ideológicas de alienação são continuamente superadas por novas. Dessa maneira, escreve Lukács, é que “[...] a batalha vencida com a guerra contra as aspirações e os métodos de Hitler, cujos líderes naturais no ocidente foram os Estados Unidos, substituiu um domínio mundial por um outro: à *manipulação brutal* foi contraposta uma *manipulação sofisticada*”.

¹⁰ □ Como escreve Lukács (1981, pag. 88) “O modelo social destas operações é a moderna publicidade: não por acaso, como vimos, Hitler já comparava a verdadeira propaganda política com a propaganda de um sabão tornada modelo. Examinando a publicidade na sua inteireza social dentro de um país em elevado desenvolvimento capitalista, encontramos que ela se baseia em primeiro lugar como constatava de fato Hitler, sobre uma influenciabilidade quase sem limites dos homens, sobre a crença que, uma vez descoberto o método verdadeiro, se pode impor a eles por sugestão qualquer coisa. Também isto está estritamente articulado à particularidade do indivíduo. O que ele a tal nível considera como sua personalidade, é de regra simplesmente a sua singularidade tornada social.”.

Pelo próprio limite desse breve artigo e também pelo caráter ainda aproximativo do autor ao tema não conseguimos esgotar aqui toda as ricas contribuições oferecidas na análise de Lukács sobre as consequências das modernas formas de alienações. Mas as indicações oferecidas ao longo do texto sobre a atualidade do capitalismo e suas formas renovadas de alienações, mesmo que bastante gerais, mostram que as vigentes manipulações econômicas, sociais, políticas, são instrumentos mais ou menos conscientes para acorrentar o homem à sua particularidade e, portanto ao seu estado alienado e, ao mesmo tempo, impedir o surgimento das potencialidades que tendem à construção do para-si da generidade humana. Dessa forma inúmeras esferas da vida social que antes estimulavam o surgimento de algum grau de generidade, são capturadas pela manipulação e transfiguradas ao ponto de oferecerem uma tendência que privilegia o mais mesquinho e baixo grau de particularidade dos indivíduos. Um exemplo, muito claro, dessa tendência apontada por Lukács encontra-se nas formas de apropriação da arte e da filosofia pelo mercado editorial frequentemente rebaixando seu caráter tendencialmente genérico a um grau de particularidade cada vez mais extremo.¹¹

Como vimos a crítica radical operada por Lukács ao capitalismo inclui a alienação como uma das categorias determinantes na apreensão teórica do ser social contemporâneo. Além de um crítico feroz de toda filosofia que defende uma essência humana eterna e alienada sua Ontologia do Ser Social ao reconhecer o caráter inerentemente histórico das alienações oferece também as possibilidades concretas para sua superação. Entendendo esta última não como um dever ser imposto de fora, como querem ainda algumas tendências do pensamento social, mas sim como uma potencialidade negadora que emerge no próprio seio do devir histórico-concreto e aponta para a superação do julgo das alienações na construção do para-si da humanidade.

REFERÊNCIAS

LESSA, Sérgio. **O Mundo dos Homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOLANDA, Maria Norma Alcantara. **Lukács e a Crítica ao capitalismo**: a alienação na Ontologia. IN: Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels – CEMARX. São Paulo: unicamp, 2007.

LUKÁCS, György. L'estraniamento, **Ontologia Dell'Essere Sociale**, II**, IV, a cura de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1976- 1981. Tradução de Norma Alcantara B. De Holanda. Disponível em: <http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapAlienacao/CapAlienacao.doc> acesso em 21/09/2013.

¹¹ □ Para Lukács, uma das consequências dessa forma quase exclusiva com que o ser social é orientado cotidianamente por um aparato ideológico diversificado de maneira a buscar exclusivamente necessidades particulares do indivíduo burguês é a produção do tédio, como uma sensação de vazio sempre presente na personalidade dos indivíduos que, por isso, continuam a consumir desenfreadamente mercadorias como forma de suprir o tédio individual cotidianamente presente na sociedade da manipulação.

LUKÁCS, Georg. **Per l'ontologia dell'essere sociale**, vol. II*, II**, versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1981.

TERTULIAN, Nicolas. **Uma Apresentação à Ontologia do Ser Social, de Lukács**. Tradução de Ivo Tonet. In: Revista Crítica Marxista n. 3, 1996.